PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 233, DE 2008. (Do Poder Executivo)

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

EMENDA N.º , DE 2008 (Do Sr. Dep. Francisco Rodrigues e outros)

Art.1º Inclua-se o seguinte artigo à PEC 233, de 2008, apensada à PEC 31-A, de 2007:

" Art Lei complementar estabelecerá normas de liquidação de créditos de natureza tributária pertencentes à Fazenda Pública, mediante utilização de precatórios judiciais e de títulos da dívida pública."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa permitir que o contribuinte cumpra com suas obrigações tributárias junto à Fazenda Pública mediante a utilização de precatórios judiciais e de títulos da dívida pública.

Nesse contexto, o Direito Civil e o Direito Tributário brasileiro dispõem do instrumento da compensação como modalidade de extinção de obrigações, nos casos em que duas pessoas configuramse, reciprocamente, como devedoras e credoras. Consubstancia-se, portanto, o fato de que elas não devem permanecer obrigadas quando os direitos e deveres comuns mostram-se equivalentes.

No entanto, as normas infraconstitucionais em vigor têm obstado a viabilização do mecanismo da compensação, mesmo nos casos em que o sujeito passivo dispõe de créditos com pressupostos de certeza e liquidez. Essa vedação leva o contribuinte a ficar desprotegido e impossibilitado de quitar suas dívidas, mesmo que possua instrumentos legítimos para quitá-las, como é o caso dos títulos da dívida pública e dos precatórios judiciais.

Dessa forma, ao permitir a compensação mediante o uso desses dois instrumentos, a emenda garante ao contribuinte a oportunidade de quitar os seus débitos com a Fazenda Pública.

De outro lado, ao propor que lei complementar estabelecerá normas de liquidação de créditos de natureza tributária pertencentes à Fazenda Pública mediante o uso de precatórios e de títulos da dívida, a emenda garante a existência de normas homogêneas a serem praticadas em todos os níveis da federação.

Esse novo arcabouço legal evitará a diversidade de regras existentes no âmbito da legislação infraconstitucional e mitigará excessos praticados por parte da autoridade administrativa contra o contribuinte.

Sala da Comissão, em

de

de 2008.

Deputado Francisco Rodrigues

DEM/RR